

Os bastidores de um inventário judicial

Autora: Renata Soltanovitch

Os bastidores de um inventário judicial

Prefácio.

Continuo declarando minha paixão pelo contencioso, mesmo sabendo da demora de um trâmite judicial.

A crença na justiça de Deus permanece intacta, mas acredito que ela, muitas vezes, consegue ajudar a justiça dos homens, bastando aos envolvidos elevar seu pensamento na verdadeira justiça, ainda que se deixe de lado, muitas vezes, o procedimento burocrático do sistema.

E que se faça justiça e que os homens estejam imbuídos de boa-fé.

Amém !!!!!

Advirto o leitor que o texto foi escrito sob a perspectiva de existência de processos ainda físicos, ou seja, no papel, onde era necessário a ida ao Fórum para protocolar as petições.

O texto é todo autoral, sem uso, portanto, da inteligência artificial.

Os bastidores de um inventário judicial

O MORTO

Para aqueles que acreditam que um inventário é simples de iniciar e terminar, ao interpretar a leitura fria da lei, não sabe o que o morto sente ao partilhar seus bens que, muitas vezes, amealhou sozinho, sem ajuda de ninguém, ao custo de saúde, ausências familiares, crises, desprendimento de autoestima e privação da liberdade não só de pensamento, mas também de ir e vir onde e quando quiser, no sentido de puro entretenimento.

O FÓRUM

Joana era escrevente chefe de um dos cartórios da Vara única (cível, família e criminal) do fórum de uma comarca do interior.

Absolutamente competente e zelosa no serviço da serventia, trabalhava com o Dr. Sergio – Juiz de Direito – há mais de 20 anos e sabia de sua honestidade e seriedade no trato de todos aqueles inúmeros processos.

Dr. Sergio era um Juiz que levava tudo muito a sério. Chegava bem cedo no Fórum e saía normalmente bem depois do expediente forense.

Processos urgentes com pedidos de liminares eram despachados em menos de 48 horas. Os demais não permaneciam mais que cinco dias em sua sala para uma decisão feita de próprio punho, em uma época em que os processos ainda eram físicos, comprovando sua pessoalidade nas decisões.

As audiências, todas feitas de forma presencial e na presença do juiz, por mais animosidade que existisse entre as partes e muitas vezes com os advogados também, eram regadas de serenidade, o que resultava em acordos que pareciam ser impossíveis.

Embora o juiz tivesse a fisionomia de homem bravo, característica que ganhou quando foi delegado de polícia por muitos anos até passar no concurso da magistratura, de ter um corpo bem definido por ter passado grande parte de sua vida praticando esportes e jogando capoeira, Dr. Sergio era calmo e focado no trabalho, o que lhe gerava belos fios de cabelos brancos em meio aos lisos e negros.

Enquanto o juiz Sergio mediava para que as partes fizessem conciliações nos processos evitando longos anos de angústia e ansiedade de espera por um resultado que, muitas vezes, não é o esperado, sua escrevente Joana tinha o mau hábito de ver, ouvir e falar com mortos. E para ela, aquele Fórum padecia de milhares deles transitando diariamente. Ela chegava a confundir o real e o imaginário algumas vezes.

Como sua competência e honestidade era acima do normal, o juiz Sergio não questionava suas visões.

Descobriu-se, com o tempo, que o Fórum havia sido construído em cima de um cemitério clandestino, onde corpos de desconhecidos ou de desaparecidos foram ali enterrados.

Constatou-se, ainda, que em outra parte do cemitério, eram enterrados escravos, principalmente daqueles que sua família nada pôde reivindicar, posto que tivessem sido mortos nos açoites das agressões, em troncos ou amarrados aos pés das alcovas, em porões fedidos.

O pior foi descobrir que, para construção do Fórum, nem todos os restos mortais foram retirados já que muitos haviam sido enterrados em valas, sem caixão.

Esta explicação fez entender a conexão de Joana com o imaginário e suas visões.

O péssimo hábito de Joana em falar com os mortos, somada a sua competência funcional, fez com que ela conseguisse autorização especial para iniciar seu expediente às 17hs com o objetivo de auxiliar o cartório no encerramento final dos trabalhos e terminar seu expediente por volta das 5hs da manhã, deixando a organização dos trabalhos forenses para a abertura do fórum.

Acostumados com Joana, ninguém mais se assustava com as frases supostamente desconexas ditas por ela para ninguém, pois muitas vezes era este comportamento estranho que convencia os mortos a partilhar seus bens e encerrar inventários que não possuíam motivo jurídico para demora.

Mas foi uma destas visões e conversas insólitas, com seus mortos, que Joana conseguiu descobrir um crime, com efeito dominó, que envolvia diversos outros mortos, jogos de azar, tráfico, falsificações e prostituição.

O MORTO E SEUS BENS

Parecia ser um inventário judicial como outro qualquer. O falecido João com muitos bens e grana no banco. Seus herdeiros brigando para ocupação de seus imóveis e levantamento da bolada que havia em várias instituições financeiras.

Um cofre com várias jóias valiosas, quadros de pintores famosos, tudo isto fazia parte de um acervo a partilhar, com testamento feito sob coação, sem a percepção diligente do escrevente do cartório de notas.

O morto, apaixonado pela jovem prostituta Anna, que também se beneficiara de seu testamento, sumiu misteriosamente de seu local de trabalho. Uma espelunca instalada na cidade vizinha.

José, seu fiel funcionário, também beneficiário do testamento, é morto vítima de um misterioso assalto.

AS HERDEIRAS DO MORTO

Sem filhos, sua velha mãe com mal de Alzheimer é internada no asilo local, passa a ser a herdeira de uma parte da grande fortuna do filho. Nesta altura do campeonato, as irmãs do morto João, que nunca visitaram a mãe no asilo, passam a brigar judicialmente por sua curatela.

As irmãs do morto rico, todas sem caráter, ingressam com ação de nulidade de testamento, já que não foram beneficiadas de nenhum centavo.

No meio desta confusão, aparece Camila, uma bela jovem e grávida, alegando ser do morto o primogênito que carrega no ventre, ameaçando o teor do testamento em razão do legítimo herdeiro necessário.

Para finalizar o imbróglio jurídico, Ludmila, a dona da casa de prostituição da cidade, ingressa com ação de reconhecimento de sociedade de fato e partilha de bens contra os legatários do morto rico, juntando inúmeras fotos e documentos comprobatórios de uma sociedade de casa de jogos de azar, da casa de prostituição e ainda uma união familiar, já que o morto freqüentava quase que diariamente a sua bela mansão, onde eram oferecidas lindas garotas, todas com cabelos arrumados, pele macia e desprovidas de flacidez e celulites.

Universitárias, as meninas sabiam o que dizer para agradar seus clientes. Lugar bem diferente da espelunca onde vivia a amada do morto, Anna.

O INVENTÁRIO JUDICIAL

Todos estes processos foram direcionados ao único juiz da comarca – Dr. Sérgio – que se viu embasbacado com tanta confusão.

Para evitar o perecimento dos bens pertencente ao morto, destituiu o testamentário por suspeita de fraude e nomeou um advogado local de sua confiança para ser administrador judicial.

Decidiu escolher Dr. Paolo Napoleoni – o único advogado da comarca que desafiava suas decisões e nunca conversava com ele sobre processos quando o encontrava em algum estabelecimento comercial. Isto parecia ser bem ético, daí a escolha.

O único problema aparente do Dr. Paolo decorria de ser mais um “louco de pedra”, embora inteligente em demasia, pois além de advogado, era quase médico, mas também era dentista bem formado, que embora tivesse o rosto torto por vítima de uma bala, tinha seu caráter reto, íntegro.

Para quem estava acostumado com Joana, Dr. Paolo não fugia muito do mesmo tipo de tratamento, ou seja, “ao invés de Prozac, Platão”.

Apesar de suas perturbações, Dr. Paolo era muito combativo e certamente não iria deixar se corromper – pelo menos não por dinheiro – já que ele gostava de belas jovens e universitárias, para ser mais claro, de uma boa xoxotinha.

O magistrado decidiu arriscar e antes de assinar os despachos que certamente seriam objeto de inúmeros recursos (leia-se agravo de instrumento), convocou o Dr. Paolo Napoleoni em seu gabinete para expor a situação, junto com Joana, a escrevente chefe.

Cargo aceito pelo Dr. Paolo e remuneração arbitrada pelo magistrado a ser pago pelo próprio espólio – que possuía imóveis locados o suficiente para pagar mensalmente o administrador judicial – o Dr. Sergio vislumbrou o fim daquelas demandas antes de assumir um cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça – seu sonho de consumo.

No entanto, o que não imaginava o Magistrado era a quantidade de crimes que envolvia aquele inventário judicial. Inclusive ele próprio, em breve, seria vítima de um atentado.

Foi então que o Dr. Paolo Napoleoni, um homem que não tinha medo da morte, pois já a enfrentara diversas vezes, inclusive dado como morto em uma de suas idas ao hospital, com experiências pós-morte e com a crença na eternidade da alma após acordar no IML prestes a ter seu cérebro cortado por um necropsista recém-formado.

Dr. Paolo ainda carregava na alma e no rosto as marcas de um tiro.

Nomeado no cargo, Dr. Paolo Napoleoni decidiu relacionar todos os bens do morto e com ordem judicial, passou a entrar nos imóveis e fazer os respectivos cadastros.

O ACERVO CULTURAL DO MORTO

Foi então que deu início as descobertas do acervo cultural acomodado em um dos principais imóveis do morto.

Ao entrar na casa grande, local de residência do morto, afastado do centro da cidade, Dr. Paolo, sempre acompanhado por um oficial de justiça designado pelo magistrado e dois policiais militares cedidos pelo batalhão local, estranhara o silêncio.

Desconfiado, olhou o oficial de justiça que, resistindo a entrar no imóvel, comentou o quanto rezava a lenda de que o lugar era mal-assombrado desde a época em que o morto estava vivo. Daí porque os empregados, embora bem remunerados, não pernoitavam no local de trabalho.

Dizia-se ouvir barulho de correntes arrastando, assobios, portas e gavetas batendo era até normal. O que se afirmava ainda era que, por conta do grande acervo cultural no imóvel, seus idealizadores e amantes literários, já mortos, vinham visitar sua própria obra de arte, o que tornava o local assustador.

Por sua vez, o Dr. Paolo Napoleoni que possuía uma sensibilidade anormal, realmente teve a impressão de que o local estava cheio, embora desprovido de seres humanos.

Sentia verdadeiros arrepios, ouvia música clássica ao fundo, sussurros, toques gelados em seu corpo, mas corajoso, decidiu permanecer no local para fazer a constatação de todo aquele acervo para, posteriormente, requerer a nomeação de um perito para avaliá-lo.

Bastaram cinco minutos no local para se emocionar com a beleza de tudo que envolvia o ambiente. Livros raros, obras clássicas, quadros renascentistas, além de belas esculturas.

O acervo era imenso, daí porque se entendeu o motivo dos quartos serem tão pequenos diante da grandiosidade do local onde estavam tantas obras culturais.

A arte e a natureza contribuem para que a vida seja mais suportável.

Assim, Dr. Paolo, acostumado com obras de arte, pois cresceu em uma família de artistas, deu início a relação dos valiosos objetos, quando se deparou com muitos

quadros assinados por pintores famosos, mas que, por algum motivo, acreditou serem pinturas mediúnicas.

Iniciou verificando se nos quadros – eram muitos – havia alguma anotação de se tratar de pintura mediúnica e então se lembrou do livro “Direito Autoral. A tutela de urgência na proteção das obras psicografadas”, que lera semanas antes, e que o alertara de que muitos daqueles quadros poderiam fazer parte deste tipo de obra. O que deveria alertar o Sr. Perito.

Neste momento, o Dr. Paolo começou a ouvir vozes. Olhou ao seu lado e não viu nem mais o oficial de justiça e tampouco os militares que o acompanhavam.

Eram vozes suaves, intelectuais, confundia-se com sua própria consciência de tão legítima e auditiva. Em poucos segundos, a vitrola foi acionada e ouviu-se Mozart.

O som era fantástico e a música reconhecida de plano. Nada muito alto, pois música fora feita para sentir e não para deixar seu ouvinte surdo.

Dr. Paolo, amante de artes, se voltou para a vitrola e deixou se deliciar com aquela música, sintonizando-se com todo o ambiente.

Perdendo-se em seus pensamentos, Dr. Paolo foi interrompido por um grito vindo do jardim.

CORPOS CARBONIZADOS

Da janela, observou o oficial de justiça com um chique ao avistar uma fogueira já apagada, com dois corpos carbonizados.

Imediatamente a perícia foi acionada e os corpos removidos para o IML.

Alguns dias depois, constatou-se pela arcada dentária tratar-se do destituído testamentário do morto e de seu próprio advogado.

Aquilo já estava começando a ficar perigoso e mais do que depressa, o Dr. Paolo noticiou a morte do advogado do morto para a OAB local, objetivando que a Seccional, através da Comissão de Advogados vítimas de homicídio, acompanhasse o inquérito instaurado para a apuração de sua morte.

QUASE MORTOS

Bastaram algumas horas para se constatar que o Juiz havia sido vítima de um atentado. Seu carro fora alvejado a pedradas e, por sorte, ele não se feriu.

Neste mesmo dia, o veículo do Dr. Paolo também foi alvejado e na esquina de sua casa, galinha morta, farofa e velas com escritas de ameaças de morte.

MAIS OBRAS DO MORTO

Depois de tanto tumulto, e após alguns dias, Dr. Paolo retornou a casa grande do morto. Descobriu um porão que ficava bem abaixo da sala de obras de artes.

Era mais um cômodo com muitas outras obras de arte, que mais parecia uma mistura do museu do Louvre com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Mais do que depressa, Dr. Paolo catalogou as obras, filmou e fotografou. Foram dias de trabalho e surgiu a ideia brilhante de requerer a urgência de uma perícia nas obras autorais e posteriormente – e obviamente com autorização judicial – promover um

leilão de tais bens para arrecadar ao inventário os valores com seu depósito judicial e, mais ainda, e principalmente, diga-se de passagem, evitar o perecimento dos bens ou eventuais furtos, em razão da quantidade de crimes que envolvia aquele inventário.

O Juiz aceitou a ideia do Dr. Paolo e deferiu a perícia, nomeando uma renomada perita, conhecedora profunda de artes e coincidentemente com experiências espirituais, o que ajudaria a constatar as obras verdadeiras e as que fossem mediúnicas.

Regina Elisa era certa. Seu conhecimento era tão profundo sobre o tema, que muitas vezes, só no examinar rápido, detectava alguma contrafação. Diligente, seus laudos eram sempre bem fundamentados, incluindo fotos, comparações e histórico sobre o tema.

A perita Regina Elisa vinha sempre acompanhada da sua fiel ajudante Nênia, que embora não fosse perita, era tão conhecedora sobre o assunto que muitas vezes decifrava os enigmas das pinturas mediúnicas, as chamadas Psicopictografias.

Nênia era responsável em tirar as fotos dos objetos de arte e, muito atenta, não deixava escapar nada.

Com três dias consecutivos para a realização da perícia, foram os assistentes técnicos dos interessados intimados para que se habilitasse no inventário e comparecesse na perícia.

Porém, bastava marcar o dia da perícia para que alguém passasse mal e a perícia era remarcada. Ora era a perita, ora eram os assistentes técnicos. Os únicos que amentavam firmes eram Nênia e o Dr. Paolo.

Relataram o fato ao juiz que remarcava novas datas.

Para evitar aborrecimentos maiores, o próprio Juiz decidiu comparecer na data marcada para a nova perícia.

A PERÍCIA DAS OBRAS DE ARTE

Logo no início dos trabalhos, Dr. Sérgio – o juiz – se sentiu mal e desmaiou. Socorrido pela assistente Nênia, que na sua última reencarnação havia sido enfermeira da 1ª Guerra Mundial e pelo Dr. Paolo, que havia largado já no período da residência, os bancos da faculdade de medicina para se tornar um polêmico e combativo advogado, recuperou as suas forças e sentado em uma confortável cadeira, começou a escrever em seu caderninho que trazia no bolso, um belo poema em alemão.

Os presentes se voltaram ao Dr. Juiz aguardando o término daquela escrita, quando Joana – a escrevente – entrou no recinto, pálida, dizendo que o Fórum havia acabado de sofrer um atentado à bomba, com princípio em incêndio.

No entanto, ao se deparar com aquela cena do Dr. Juiz, conseguiu entender melhor o enigma do inventário, inclusive com a certeza de que o morto – dono daquela fortuna incalculável – foi vítima de envenenamento e seus bens adquiridos na ilicitude.

Retornou ao Fórum que, comandado seu fechamento pelo Promotor Vieira, disse os bens do inventário deveriam ser bloqueados na espera criminal, de tanta ilicitude que pairava envolta do caso.

O promotor Vieira se dirigiu então até a tal casa, acompanhado de Joana – a escrevente – para ver de perto o que ali acontecia.

Mal pisou na grande casa e avistou a figura do morto, em pé, de terno de linho branco, chapéu de coco na cabeça, um cigarro de palha no canto da boca, e uma garrucha, velha, enferrujada, nas mãos.

Mas não foi só o promotor Vieira que viu. Joana, que o acompanhava, também. Mais do que depressa, ela encheu o tal morto de perguntas, o que fez com que ele desaparecesse, sem dar uma única resposta.

Ao entrar no cômodo, onde todos estavam reunidos, Joana começou a chorar bem baixinho e logo em seguida entoar um canto, que parecia uma reza, uma novena, ladainha ou um mantra.

Todos se assustaram, em que pese sua fama, Joana se transfigurou. Parecia que ficara inchada. Pediu um copo de água e logo que foi atendida disse que “havia sido envenenado e que na garrafa vazia do seu uísque, ainda constava restos da mortífera bebida”. Joana adormeceu um sono dos justos, longo, despreocupado, vindo acordar no dia seguinte, no leito hospitalar local, tomando calmantes para cortar seu surto psicótico.

Os dias foram passando e a perita, com sua assistente, continuavam a visitar a casa diariamente para o término do laudo sobre as obras, para o referido leilão autorizado pelo juiz.

Separavam alguns quadros para uma perícia mais precisa, pois acreditava que algum dos livros eram psicografados e algumas obras de arte que pareciam ser mediúnicas e outras réplicas e não original.

O SUSPEITO

Enquanto isto, a perícia do IML concluiu que, de fato, o conteúdo da garrafa de uísque tinha tanto veneno por milímetro que dificilmente o morto teria sobrevivido ao tomar uma única dose.

O único problema da própria garrafa é que havia tantas digitais que ficava difícil distinguir quantos seres humanos haviam tocado nela. De qualquer maneira, o trabalho continuaria.

Era tudo muito confuso. Um morto, ilegalmente rico, assassinado, cheio de amantes, com uma mãe com mal de Alzheimer e objeto de briga por sua curatela por duas irmãs que não foram beneficiadas por um testamento feito por coação. Todos passaram a ser suspeitos.

Apesar de tudo e preocupado com o perecimento daquelas obras de arte, o juiz Dr. Sergio designou leilão e nomeou um leiloeiro da cidade vizinha, com experiência neste tipo de produto.

O LEILÃO

Por duas vezes o leilão precisou ser remarcado. Primeiro porque o leiloeiro ficou muito doente e seu assistente não tinha condições de assumir tamanha responsabilidade e a segunda vez, ambos foram vítimas de atentados, mas por sorte, estavam em um carro blindado.

Finalmente o leilão foi designado com notícias no rádio e televisão local, além das publicações no diário oficial e outros jornais de grande circulação na cidade.

Embora aquele dia tivesse tido uma pequena queda de energia que deixou o evento suspenso por quinze minutos, no retorno da luz, tudo estava intacto, exceto o sumiço de um quadro pintado por Monet.

As demais obras, sem exceção, foram todas arrematadas. Não sobrou nada. Tampouco o tal quadro apareceu.

A grana toda levantada com o leilão foi depositado judicialmente, vinculado ao inventário.

A RESIDÊNCIA DO MORTO

O administrador judicial do inventário – Dr. Paolo Napoleone – ficou satisfeito com a arrematação e então pediu autorização judicial para locar ou vender a grande casa, onde era a residência do morto, justamente para evitar invasão do imóvel, já que as demais propriedades do morto estavam todas alugadas.

E assim se fez. Dr. Paolo então contratou o mais honesto dos corretores – Sr. Flávio – que além de sua experiência em imóveis, na forma indicada pelo Creci, também havia sido engenheiro em um passado bem distante, cujo aprendizado continuava arraigado em sua alma, o que facilitaria a avaliação do bem.

Cético e leitor de Nietzsche, no dia da avaliação, Flávio ainda carregava em suas mãos o livro “Assim falava Zaratustra”, livro que não conseguia parar de ler, até chegar ao seu fim, daí porque, qualquer cinco minutos disponíveis, lá estava com os olhos atentos entregues em tal leitura.

Bom, detalhe a parte, Flávio adentrou ao imóvel, deixando sua pasta e o tal livro no canto esquerdo de uma cômoda onde ficavam, antes do leilão, as obras de arte, e os livros raros do morto.

Flávio fotografou, filmou, anotou, mediu, pensou, falou sozinho, examinou, tornou a filmar e fotografar cada detalhe do imóvel, tanto por dentro, como por fora, sempre acompanhado do Dr. Paolo – o administrador judicial.

Passadas horas no imóvel, Flávio e o Dr. Paolo retornaram ao cômodo para pegar a pasta e, apesar de não mais ter ninguém no imóvel, o livro de Nietzsche não estava mais no lugar que havia sido deixado.

Depois de muita procura, o livro estava em uma das prateleiras já vazias da biblioteca do morto.

Flávio se foi e o Dr. Paolo achou tudo muito estranho.

Depois de algumas semanas, o laudo do imóvel estava pronto e muito bem fundamentado e Flávio foi entregá-lo pessoalmente ao magistrado.

PRODUTO DE CRIME

Eram muitos imóveis, alguns bem locados, outros deteriorados, mas segundo o promotor Dr. Vieira, todos adquiridos com dinheiro de produto de crime, como exploração de jogos e prostituição, além da venda de obras de arte mediúnicas, como se fossem originais, além de tráfico de escravos em um passado não muito distante.

Alguns leitores mais crentes com datas podem acreditar na inexistência de escravos neste século. Mas infelizmente ainda existe com frequência, quando se ouve em poucas mídias, a descoberta de serem humanos trabalhando em condições sub-humanas, em porões de fábricas ou em fazenda longínquas.

E foi isto que o Dr. Paolo descobriu noticiando ao juiz Dr. Sérgio e ao promotor Vieira.

A casa grande onde morava o morto escondia porões recém-usados por escravos, com açoites, argolas presas no chão, chicotes espalhados e um banheiro fétido. Tudo isto relatado no laudo do corretor Flávio.

Em um flash de pensamento, Dr. Paolo conclui que, se quem pagava seus honorários era o espólio do morto, cujo dinheiro vinha de tanta ilicitude, os valores

recebidos a título de honorários também o vinham. Estes valores também pagariam a perita judicial Regina Elisa e posteriormente o corretor perito Flávio.

No entanto, pensou o Dr. Paolo, a remuneração do Promotor, do Magistrado e dos serventuários da justiça vem do Estado, que também não deixa de cobrar tributos ilegais e açoiar a população com tanta cobrança injusta e ilegal, até na hora de sua morte. Amém!!!

Achou melhor não ficar mais pensando nisso, pois criaria uma revolta e decidiu se concentrar no trabalho.

Os dias foram passando, as semanas, os meses... A casa grande fora alugada por um grupo de rock da pesada, que não tinha medo de assombração.

O inventário bloqueado por medida judicial imposta pelo Promotor Vieira, já que tudo não passava de dinheiro ilícito – que seria futuramente leiloado e revertido para o Estado para, quem sabe, pagar os inúmeros precatórios na fila de créditos, tornando o dinheiro ilegal em útil.

O único dinheiro liberado era do administrador judicial Dr. Paolo Napoleone, que mensalmente fazia o relatório prestando contas de tudo.

O juiz Dr. Sérgio com sentimento de frustração, pois sabia que não seria nesta encarnação que se resolveria o inventário.

E tudo ficou assim, encaminhado, mas nada resolvido.

FIM!!!!